



UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A EFICÁCIA DA EDUCAÇÃO NO CARIRI PARAIBANO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ-PB.

Autor : José Fabiano de Araujo Oliveira

ISEL- Instituto Superior de Educação Lucia Dantas

sprfabiano@hotmail.com

RESUMO: A discussão acerca das políticas públicas tomou nas últimas décadas uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para fazer a governabilidade. Portanto Como alternativa para a garantia de direitos às pessoas excluídas socialmente e vulneráveis a pobreza extrema e a violência, o Governo Federal apresentou a medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 o Programa Bolsa Família-PBF, para no ano seguinte converter em lei o Programa Bolsa Família-PBF de acordo com a Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004. Portanto tem-se como problemática a ser estudada a seguinte questão: O Programa Bolsa Família tem contribuído para melhoria do acesso, permanência e qualidade da educação no município de Santo André-PB. Baseado nestes pressupostos que se buscou responder o problema supracitado, este artigo tem como finalidade tecer uma discussão maior acerca deste fenômeno que acontece no ambiente escolar e na sociedade tendo como Objetivo Geral: Analisar como o programa bolsa família implantado do Cariri Paraibano no município de Santo André tem atuado para diminuição das desigualdades sociais, econômicas e educacionais das famílias e crianças assistidas pelo programa. Com esta pesquisa busca-se, a partir do enfoque que é um misto de quantitativo e qualitativo sustentado pelo paradigma Interpretativo e analise dos dados comprovar a eficácia do programa bolsa família para reduzir os índices de evasão, repetência e distorção idade-serie acompanhando da redução da miséria e inclusão social e econômica do município.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Bolsa Família. Educação. Sociedade. Economia.



INTRODUÇÃO

A ação política pode ser exercida através de vários instrumentos. Nessa pesquisa optamos iniciar pelo estudo e compreensão da política pública como garantia constitucional e direito público subjetivo necessário para humanizar a sociedade.

Para melhor entender o conceito de “Política Educacional” referencia-se em Monlevade (2002, p. 42) que diz ser o “conjunto de intenções e ações com as quais os Poderes Públicos respondem às necessidades de escolarização dos diversos grupos da sociedade”. Adota-se esta definição pela crença de que toda ação política pode ser exercida através de vários instrumentos. Ao introduzir-se, neste estudo, o conceito de políticas públicas educacionais, buscou-se localizar a discussão em nível contextual e, nessa perspectiva, entender conceitos e princípios considerados como base de toda compreensão de uma ação pública para a sociedade Brasileira e Paraibana em especial no município de Santo André-PB.

Para poder chegar-se a uma reflexão sobre as Políticas Públicas, tornaram-se necessários marcos teóricos que sejam capazes de nortear as discussões sobre a conjuntura sociopolítica atual. A questão das políticas sociais, educacionais, ambientais, tecnológicas, segurança pública e de saúde tem sido tema constante nas polêmicas sobre o papel do Estado no desenvolvimento da democracia e o Programa Bolsa Família foi introduzido na sociedade Brasileira com a Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, tem cada vez mais se consolidado como política de estado para fortalecimento da democracia na busca por uma sociedade republicana. Para que o tema Políticas Públicas se torne um assunto legítimo de discussões, ele deve ser identificado e assumido por vários grupos como assunto político. Neste sentido, o processo decisório do surgimento de uma política pública envolve relações, diretas ou não, do Estado com vários segmentos sociais.



Sendo assim a manifestação do nascimento de políticas públicas “reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas do poder que perpassam as instituições do estado e da sociedade”. (HÖFLING, 2001, p, 38).

No caso da educação, o Programa Bolsa Família tem por objetivo cumprir sua função social na efetivação de políticas educacionais encontra-se condicionado a vários fatores sociais, como por exemplo, citando Azevedo, (2001), o poder do Estado, a máquina governamental e a ação da sociedade. O autor evidencia que a sociedade, na maior ou menor participação através de grupos organizados, é que irá definir a ação e consolidação das políticas públicas na sociedade capitalista em que vivemos.

Portanto tem-se como problemática a ser estudada a seguinte questão: O Programa Bolsa Família tem contribuído para melhoria do acesso, permanência e qualidade da educação no município de Santo André-PB.

Baseado nestes pressupostos que se buscou responder o problema supracitado, onde esta dissertação tem como finalidade tecer uma discussão maior acerca deste fenômeno que acontece no ambiente escolar e na sociedade tem como Objetivo Geral: Analisar como o programa bolsa família implantado do Cariri Paraibano no município de Santo André tem atuado para diminuição das desigualdades sociais, econômicas e educacionais das famílias e crianças assistidas pelo programa.

Portanto os Objetivos Específicos desta investigação são: 1- Investigar se as famílias beneficiadas pelo programa bolsa família estão cumprindo os deveres e as garantias constitucionais de acesso a educação publica aos seus filhos? 2- Analisar se houve as mudanças nos índices de evasão, reprovação e distorção idade-serie provocadas pela democratização da educação com a implantação do programa bolsa família? 3- Verificar se além dos recursos financeiros o programa bolsa família tem ofertado não apenas a



permanência dos alunos na escola, mas o acesso a educação pública de qualidade, distribuição de renda, melhora nos índices de saúde, segurança alimentar e qualidade de vida dos beneficiários?

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar políticas públicas, mas precisamente a implementação do programa de transferência de renda vinculado ao Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Social com condicionalidades nas áreas de educação e saúde o Programa Bolsa Família, surge como um grande marco na história da sociedade Brasileira para reduzir a extrema pobreza e para minimizar as desigualdades nas áreas da educação, social, saúde, cidadania, direitos humanos e economia no município de Santo André-PB, na Escola Municipal Fenelon Medeiros no sentido de contribuir para que a referida comunidade possa ter condições através da ciência de refletir sobre o programa bolsa família e suas relações com a comunidade, governo e escola.

METODOLOGIA

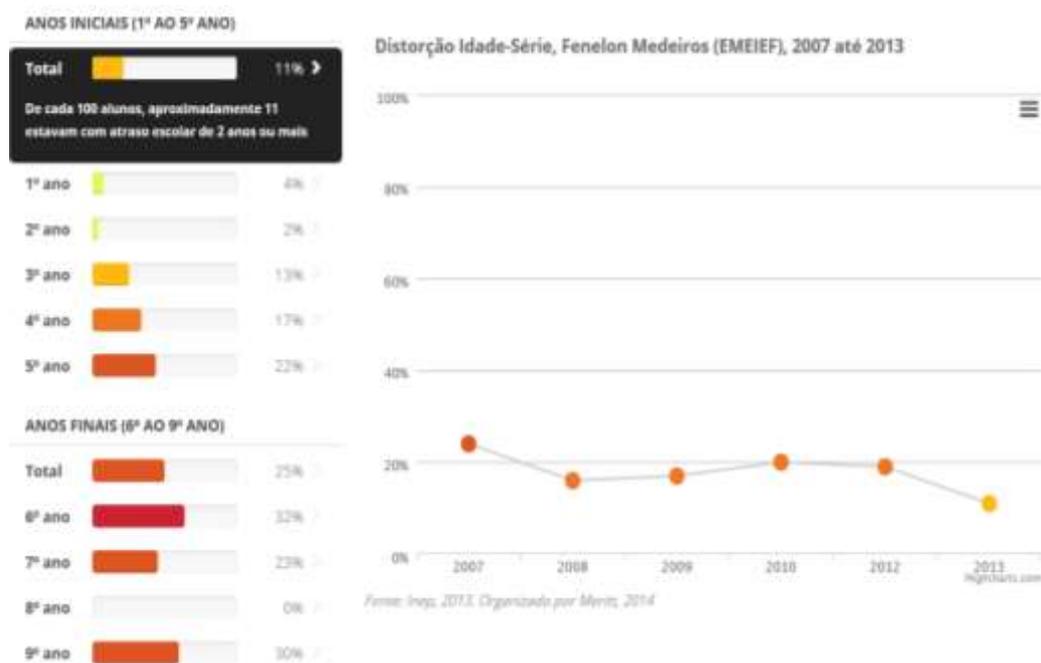
Nosso estudo procurou investigar a implementação de Políticas Públicas para educação no Brasil e no estado da Paraíba, mas precisamente faremos uma análise da educação antes e após a implementação do programa bolsa família e quais as perspectivas de melhoria da qualidade de vida e da educação das famílias de baixa renda ou em situação de extrema pobreza no cariri Paraibano, na cidade de Santo André-PB, nosso trabalho estará pautado através de uma possível análise qualitativa, quantitativa e aplicação de questionários buscando registros de experiências e fazer análises dos resultados com as famílias e os professores das escolas municipais Fenelon Medeiros. O grupo participante da pesquisa constitui-se de 10 (dez) professores de um total de 30 do quadro da escola o que representa 33%, dos 500 (Quinhentos) pais de alunos beneficiários com o programa bolsa família iremos aplicar questionários com 50 (Cinquenta) correspondendo a 10 % do total das famílias beneficiadas com o programa bolsa família que tem os filhos regularmente matriculados na

escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Abaixo iremos apresentar a proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais, para todo o Ensino Básico, de 2007 até 2013 na escola Felton Medeiros quatro anos após a implantação do programa bolsa família na educação.

Distorção Idade-Série - Gráfico 9 : Conheça a proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais, para todo o Ensino Básico, de 2007 até 2013.



Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Pesquisado em 18/02/2015: Disponível em: <http://www.qedu.org.br>

O gráfico 9 acima apresenta reflexões importante acerca da qualidade da educação quanto pretendemos investigar as implicações do programa bolsa família de acordo com a medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 que Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para no ano seguinte converter em lei o Programa Bolsa Família (PBF) de acordo com a Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, sendo assim cabe uma reflexão no ano das comemorações dos 10 anos do programa no Brasil.

Taxas de Rendimento ano 2013

Tabela 22: Conheça a proporção de alunos com reprovação ou abandono em 2013 segundo indicadores do INEP.

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	2,0% 4 reprovações	1,1% 3 abandonos	97,0% 189 aprovações
Anos Finais	5,0% 10 reprovações	2,5% 5 abandonos	92,6% 187 aprovações

Detalhamento por ano escolar

Anos Iniciais	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	2,1% 2 abandonos	97,9% 48 aprovações
2º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	2,4% 2 abandonos	97,6% 41 aprovações
3º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	0,0% nenhum abandono	100,0% 38 aprovações
4º ano EF	16,0% 4 reprovações	0,0% nenhum abandono	84,0% 31 aprovações
5º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	0,0% nenhum abandono	100,0% 41 aprovações



Anos Finais	Reprovação	Abandono	Aprovação
6º ano EF	5,2% 4 reprovações	1,7% 2 abandonos	93,1% 30 aprovações
7º ano EF	11,1% 5 reprovações	4,5% 2 abandonos	84,4% 33 aprovações
8º ano EF	3,6% 2 reprovações	0,0% nenhum abandono	96,4% 33 aprovações
9º ano EF	1,4% 1 reprovação	2,9% 2 abandonos	95,7% 67 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt. Acesso em 18/02/2015:
<http://www.qedu.org.br/escola/82868-emeief-fenelon-medeiros/taxas-rendimento>

A Primeira análise que precisa ser feita é de que no ano 2012 antes da implantação do PBF A taxa de reprovação de 18,9% e abandono de 9,9 ou seja somando as duas temos um total de 28,8% apresentada na tabela 18 para os anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano) e aprovação de apenas 71,2% , já no ensino fundamental II Anos finais (5ª a 8ª série ou 1º ao 9º ano), de acordo com a apresentação do gráfico 8 apresenta aprovação de 85% ainda baixa para as perspectivas de uma educação de qualidade, também podemos comprovar reprovação de 9% e abandono de 6% somados teremos 15% o que evidencia fracasso no ambiente escolar reflexo da precariedade no atendimento educacional em termos de infraestrutura, formação dos profissionais de ensino, orientação permanente as famílias e ausência de políticas publicas para a sociedade.

A segunda análise apresentada no gráfico 9 mostra um enorme progresso na taxa de rendimento dos alunos nos anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano) 10 anos após o funcionamento do PBF, para as famílias de baixa renda sendo para os anos iniciais reduzido de a taxa de reprovação de 18,9% para 2% , abandono de 9,9 para 1,1% totalizando reprovação mais abandono redução de 28,8% para 3,1% o que significa um avanço enorme



aliado a redução da pobreza e miséria com distribuição de renda e cumprimento das condicionalidades como frequência a escola e obrigações com saúde das crianças em se tratando da taxa de aprovação no ano 2003 era de apenas 71,2 % e no ano 2013 passou para 97% os avanços foram imprescindíveis para construção e uma sociedade mais democrática.

Para o ensino fundamental series finais (5^a a 8^a série ou 1^o ao 9^o ano), em relação ano 2003, com reprovação de 9% e abandono de 6% somados teremos 15%, percebemos que não houve muito progresso neste nível de ensino pois no ano 2013, temos reprovação de 5% e abandono de 2,5% somados teremos 7,5% em media foi reduzido pela metade os dois indicadores juntos em 10 anos, a taxa de aprovação aumentou de 85% para 92,6% o que representa pouco em uma década onde houve investimentos em todas as áreas da educação.

Mello e Souza (2005), por exemplo, enfatiza que educação e avaliação sempre andaram de mãos dadas. Ou seja o termômetro de todo panorama das politicas educacionais e suas relações com as politicas publicas relacionadas com a melhoria da qualidade da educação estão implícitas nas na taxa de rendimento da escola que apenas reflete os resultados de um conjunto de ações e fatores da sociedade capitalista em que vivemos.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 reafirma a necessidade do Poder Público elaborar políticas que abranjam os três elementos concomitantemente para atingir a universalização do Ensino Fundamental:

[...] o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão. (BRASIL, 2001, p. 19).

Diante desta tomada de decisões da sociedade e do governo de universalizar o ensino fundamental diante de uma sociedade tão desigual onde no nordeste Brasileiro especialmente



no Cariri da Paraíba esta marcado por 20 % da população aproximadamente em extrema situação de pobreza e risco social com escolas na maioria das vezes precárias com índices negativos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

CONCLUSÃO

Ao termino da pesquisa e análise dos dados conclui-se que o Programa Bolsa Família surge de acordo com a medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, para no ano seguinte converter-se em lei de acordo com a Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004 abrangendo três eixos principais: a) A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; b) As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; c) As ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de desigualdade e vulnerabilidade social e econômica na sociedade.

Diante da problemática a ser estudada este trabalho buscou ser pioneiro no âmbito do município com o seguinte questionamento: O Programa Bolsa Família tem contribuído para melhoria do acesso, permanência e qualidade da educação no município de Santo André-PB, na Escola Municipal Fenelon Medeiros? Onde após análise e estudo dos dados coletados os resultados apresentam-se da seguinte forma:

- O programa bolsa família no ano 2014 repassou ao município de Santo André-PB, para as famílias beneficiadas (R\$ 1.010.395,00) representa **19,02 %** do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 5.312.534,24), o que sustenta a economia local com maior intensidade no seguimento de gêneros alimentícios onde 75% (Setenta e Cinco por cento) das famílias participantes da pesquisa investem R\$ 101,00 ate R\$ 600,0 exclusivamente com despesas de

alimentação.

- Dez anos antes do programa bolsa família a distorção idade-série no município de Santo André-PB, para os anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano) houve **redução de 35 %** (Trinta e cinco por cento) **para 11%** (Onze por cento) e para os anos finais (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano) **houve reeducação de 65%** (Sessenta e Cinco por cento) **para 25%** (Vinte e cinco por cento).
- A os dados comprovam que a reprovação mais abandono dez anos antes do programa bolsa família no município de Santo André-PB, para os anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano) houve **redução de 29 %** (Vinte e nove por cento) **para 3,1%** (Três virgula um por cento) e **para os anos finais** (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano) **houve redução de 15%** (Quinze por cento) **para 5%** (cinco por cento).
- Todas as famílias pesquisadas estão com o cartão de vacinação em dias, e recebe mensalmente o acompanhamento dos agentes de saúde, o que garante o monitoramento das crianças combatendo a desnutrição e mortalidade infantil representando grande importância esta condicionalidade na orientação as famílias de baixa renda.
- Fica comprovado que das famílias pesquisadas **95%** (Noventa e cinco por cento) são as mulheres que possuem o cartão em seu nome como forma de combater a exploração e violência, abandono, maus tratos por parte dos homens e garantir a segurança alimentar dos filhos.
- O programa contribui para erradicação e exploração do trabalho infantil, tendo em vista que **93%** (Noventa e três por cento) dos menores de 18 (Dezoito) anos no núcleo familiar da família beneficiada não trabalha.
- Todas as famílias afirmaram que o programa bolsa família tem contribuído para combater a evasão, reprovação e distorção idade-série e tem sido um divisor de águas para redução da pobreza e desigualdade social.



- O programa bolsa família beneficia no município 513 famílias o que representa **(62,59 %** da população do município) e município recebeu no mês de janeiro do ano 2015 o valor de R\$ 86.863,00 que representa em media R\$ 169,27 investido por família, sendo investido o valor de R\$ 2.031,24 por ano.

A distribuição de renda no Brasil tem mostrado o quanto milhões de Brasileiros a partir do auxílio financeiro do programa bolsa família foram capazes de melhorar os índices na educação, saúde, assistência social, economia e renda familiar após tantos séculos de direitos renegados apesar de estarem garantidos na constituição e demais leis do país. Fica evidente a enorme contribuição desta política publica que tem em sua teia de relações com o governo/estado e sociedade alcances surpreendentes na melhoria da qualidade de vida e distribuição de renda para a população em extrema situação de pobreza e vulnerabilidade social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. M. L. A Educação como Política Pública. 2.ed., Campinas: Autores Associados, 2001.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BANCO MUNDIAL. Documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Brasil: Documento de País. Julho de 2000.

_____.Relatório nº. 20475-BR. O Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre Pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a Redução da Pobreza. Volume I. Departamento do Brasil - Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico. Região da América Latina e do Caribe. Washington, DC, 2001.

BRASIL. Constituição federal. Ed. Atual. Mandamentos: São Paulo, 2005.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.